

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
99145-7:2007-DR:SC
ALESC
CORREIOS

Distribuição gratuita

Emenda amplia o poder de fiscalização do Legislativo

Mudanças no estatuto de empresas de economia mista devem ter a anuência dos parlamentares



Jonas Lemos Campos

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, promulgou dia 29 o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 04/10, de sua autoria, estabelecendo que toda alteração estatutária das empresas de economia mista passe pela concordância dos parlamentares. "A iniciativa defende que as empresas públicas catarinenses, como Celesc, Casan e SC Gás, precisam de transparência para garantir a manutenção do caráter estatal", definiu.

A emenda alterou o artigo 40 da Constituição Estadual, estipulando que o voto dos representantes do Estado nos conselhos administrativos das sociedades de economia mista, que implique em alteração do estatuto social, será precedido de autorização do Legislativo.

Presidente do Legislativo, deputado Gelson Merisio, promulga emenda constitucional, que alterou artigo 40 da Constituição Estadual

Páginas 7

Executivo retira MPs que beneficiavam servidores da saúde

Eduardo Guedes de Oliveira



Governistas e deputados da oposição travam duelo na sessão do dia 28

Página 6

Instituído Plantão Gramatical de Língua Portuguesa

Página 7

Operadoras de internet banda larga terão nova regra a cumprir

Página 7

SC quer Centro de Referência para Meteorologia

Jonas Lemos Campos



Servidores da Epagri/Ciram pressionam contra criação da Climesc

Páginas 4 e 5

OPINIÃO

Menos trânsito, mais mobilidade urbana

Muitos reclamam do trânsito... Mas, você sabe o que é mobilidade urbana? É fato que a população desconhece os possíveis modais (alternativas de transporte) que poderiam ser implantados para desafogar o trânsito e conduzir o cidadão com qualidade.

Recentemente, participei do Fórum de Mobilidade Urbana nas Cidades, realizado em Florianópolis, onde especialistas de diversos países apresentaram exemplos e propostas que foram aplicados com sucesso, e se bem trabalhados política e tecnicamente, podem trazer os resultados esperados na região metropolitana da capital, onde vivem quase 800 mil pessoas.

Em um primeiro momento, o cidadão comum acredita que a ampliação das vias, criando asfalto,

mais espaço para os carros é o caminho. Porém, estudos mostram que o correto é desincentivar o uso do carro e buscar novos conceitos de transporte em massa, para que todos possam se movimentar: ir ao trabalho, às escolas, procurar serviços de saúde, fazer compras e outras atividades do dia a dia. Quais são estas alternativas?

Para que os moradores de São José, Palhoça, Biguaçu, Florianópolis e demais cidades da região possam exercer o direito de ir e vir, utilizando um ou mais sistemas de transporte público eficientes, precisamos lutar por uma melhor mobilidade urbana, através de soluções como: mais ciclovias e sistema de aluguel de bicicletas, transporte marítimo, monotrilho ou metrô de superfície, teleféricos, quadruplicação da Via Expressa e construção de uma

quarta ponte.

Algumas das alternativas citadas já possuem projetos ou recursos estão sendo alocados pelos governos. A preocupação é que as propostas ainda estão no papel e questões político-administrativas acabam adiando o que deveria ser prioridade. Nossas cidades devem ser concebidas como a sala de estar do seu povo. Isso implica alta prioridade para a função social delas e de nossos centros urbanos. O desafio, além das obras, implica curtas distâncias, tornando atraentes os trajetos a pé e de bicicleta, de modo a promover a inclusão social, a mobilidade e acessibilidade para todos.

Deputado Renato Hinnig (PMDB)

Presente: "Pacotaço ao apagar das luzes"

O "circo pegou fogo" com os projetos enviados pelo governador LHS à Assembleia Legislativa, ao apagar das luzes do seu mandato. O conjunto de projetos, que ficou conhecido como "pacotaço", deixou os parlamentares da oposição de mãos amarradas, a base do governo numa incômoda "saia justa" e os funcionários públicos indignados com a política salarial sugerida para as áreas da Saúde, da Educação e da Segurança.

Até o momento ninguém sabe qual a reação do ex-governador diante da situação que ele criou. Até mesmo porque, longe de tudo, o mesmo já se ocupa de uma nova investida política.

Infelizmente para os catarinenses, o "pacotaço" de última hora do peemedebista não foi o único equívoco deste governo que se encerra de forma melancólica e atabalhoada.

Na mesma linha do pacotaço, o Projeto de Lei Complementar número 071/09, do Executivo, que versa sobre a criação da Climesc - Fundação Estadual de Meteo-

rologia e Pesquisas do Clima de Santa Catarina, somou-se aos equívocos do governo LHS. O projeto desmerecia o categorizado e competente corpo técnico da Epagri/Ciram - Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina e, se aprovado, esvaziaria técnica e materialmente esta que é uma das nossas mais valiosas instituições, além de criar mais nove cargos comissionados para a nova fundação. Sorte da Epagri/Ciram e dos catarinenses que muitas vezes se levantaram em audiência pública na Alesc, pela retirada do PLC e contra a criação da Climesc.

Assim, nesta hora de mudança no comando do Estado de Santa Catarina, cabe-nos comemorar a decisão de retirada do PLC 071/09, bem como torcer para que o próximo governo invista consistentemente neste patrimônio dos catarinenses que é a Epagri/Ciram, já presente em 292 municípios de Santa Catarina.

Além disso, seria saudável que a bandalheira provocada por este

pacotaço de última hora tenha servido pelo menos de lição aos seus autores. Para que entendam a necessidade dos parlamentares de terem tempo hábil para analisar, estudar e votar as matérias com tranquilidade e consciência e assim oferecer à sociedade catarinense projetos que levem o Estado de Santa Catarina ao efetivo desenvolvimento.

Finalmente, deixamos registrada a nossa decepção por não termos visto por parte do governo LHS competência para instalar corporações de bombeiros militares ou comunitários na maior parte dos municípios de Santa Catarina, bem como o fato de ter ignorado o que determina o parágrafo segundo do artigo 109 da Constituição Estadual, nestes termos: "o Estado estimulará e apoiará técnica e financeiramente, a atuação das entidades privadas na defesa civil, particularmente os corpos de bombeiros voluntários".

Deputado Reno Caramori (PP)

Lançamentos da semana

Foi lançado, dia 27, no Hall da Assembleia Legislativa, o livro "Santa Catarina em quadrinhos". Com autoria de Valmir Francisco

Muraro e ilustrações de Eduardo Oliveira, o título é uma adaptação da obra já consagrada "História de Santa Catarina para ler e contar".

Solon Soares



Já no dia 28, no Espaço Cultural Gerônimo Coelho, aconteceu o lançamento do livro "De olho na Capital, nos dois primeiros anos", do jornalista César Valente.

A obra é o resultado dos melhores momentos do autor, quando escrevia sua coluna para o jornal Diário do Litoral, o popular Diário de Itajaí.

Eduardo Guedes de Oliveira



[AGENDA]

• **Dia 3, 19h** - Sessão especial em homenagem a Daisaku Ikeda, pelos relevantes serviços prestados frente à Soka Gakkai Internacional (SGI)

Local: Plenário Osni Régis

• **Dia 5, 19h30min** - Sessão solene em comemoração aos 25 anos (Jubileu de Prata) da Comunidade Terapêutica Desafio Jovem de Criciúma (DJC)

Local: Auditório I da SATC - Bairro Universitário - Criciúma

• **Dia 6, 19h** - Comissão de Finanças - Audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 64/2010, que autoriza a SC Parcerias S/A a implementar o Projeto Complexo Intermodal Catarinense

Local: Araquari

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merisio (DEM)
1º Vice-Presidente: Jorginho Mello (PSDB)
2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)
1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
3º Secretário: Valmir Comin (PP)
4º Secretária: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.ale.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Lucas Gabriel Diniz

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@ale.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rossana Espezin e Tatiani Magalhães

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico (estagiário), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Jussie Sedrez Chaves, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira, Patrícia Schneider de Amorim e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso.

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer, Regina Rosa (estagiária) e Simone M. Alves

Parlamento aprova novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado

Adircélio de Moraes Ferreira é auditor de carreira e vai ocupar vaga de ex-presidente José Carlos Pacheco

Eduardo Guedes de Oliveira

O Plenário aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 2/10, que ratificou o nome de Adircélio de Moraes Ferreira Júnior para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. O novo conselheiro vai substituir o ex-presidente do TCE, José Carlos Pacheco, que recentemente se aposentou.

Num ato assinado pela Presidência da Assembleia Legislativa, foi formada, dia 27, uma comissão para analisar a indicação de Ferreira Júnior, feita pelo governador Leonel Pavan. Da Comissão Especial fizeram parte os deputados Elizeu Mattos (PMDB), Antônio Aguiar (PMDB), Joares Ponticelli (PP), Décio Góes (PT), Cesar Souza Júnior (DEM), Gilmar Knaesel (PSDB) e Ozair Polaco (PPS).

Integrante do Corpo de Auditores do TCE, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior é bacharel em Direito e em Ciências Contábeis, natural de Belo Horizonte (MG), e ingressou no órgão em 2 de julho de 2008, por intermédio de concurso público.

Com especialização em Contabilidade e Auditoria pela Uni-



Com formação em Direito e Contabilidade e experiência como auditor fiscal da Receita Federal, Adircélio é alçado ao cargo, sendo cumprimentado por Merisio

versidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), concluída em 2000, foi auditor fiscal da Receita Federal do Brasil, na Delegacia de Porto Alegre, onde exerceu suas

funções até julho de 2008. Ingressou no serviço público em março de 1998, após ser aprovado no concurso para o cargo de auditor fiscal de tributos do Maranhão,

onde exerceu suas funções até setembro de 1998. De outubro de 1998 até junho de 1999 exerceu o cargo de auditor fiscal de tributos do município de Fortaleza. Foi

auditor independente sênior, de setembro de 1992 a fevereiro de 1998, na Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes S/C, em Recife.

Legislativo presente na Festa do Milho

Solon Soares



Pré-lançamento da FEMI foi realizado na Assembleia, no dia 13, com a presença de deputados e outras autoridades

A Assembleia Legislativa participa da XV edição da Festa Estadual do Milho (FEMI), de 30 de abril a 09 de maio, no Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, em Xanxerê. Os veículos de comunicação social do Parlamento estadual atuam no evento, em um estande que abriga um estúdio da TVAL e redação do AL Notícias e Rádio ALESC Digital.

Realizada bianualmente desde 1982, a FEMI é considerada uma das maiores e mais importantes exposições do Sul do Brasil. A Festa reúne expositores de diversos segmentos e traz várias atrações, como o Museu do Milho e shows

artísticos nacionais e locais. A expectativa é de que 200 mil pessoas visitem o evento, movimentando cerca de R\$ 30 milhões.

Sua principal característica é ser uma grande feira de negócios, gastronomia, exposições e entretenimento. A mostra atrai milhares de pessoas para Xanxerê, cidade sede situada no Oeste do estado e considerada a Capital Estadual do Milho. O município, em 56 anos de história, sempre esteve em destaque no cenário estadual pelo seu desempenho no setor agrícola, especialmente na produção de grãos.

A FEMI foi criada para valorizar

o cereal base da atividade agroindustrial da região. Um de seus idealizadores, o ex-prefeito Rovilho Bortoluzzi - que administrou a cidade em 1982 - juntamente com empresários, Executivo e comunidade, não mediu esforços para a construção do parque que tem hoje 250 mil metros quadrados.

O presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio (DEM) destacou o caráter comunitário da Feira aliado ao "grande profissionalismo". Segundo Merisio, todas as edições da FEMI foram marcadas pelo volume expressivo de negócios realizados, alavancando a economia catarinense.

Expobom em Bom Jardim da Serra

A comissão organizadora da III Expobom divulgou, dia 26, na Assembleia Legislativa, a festa, que será realizada de 30 de abril a 3 de maio, em Bom Jardim da Serra. A rainha da festa, Ediane Gamba Macedo, e as princesas Aline Martendal Melo e Talita Zandonadi de Carvalho, trajadas a caráter, formalizaram o convite aos parlamentares. Chefiando a comitiva, o prefeito licenciado da cidade, Rivaldo Macari (PMDB), e o prefeito em exercício, Ilton Machado (PP).

A Expobom é uma exposição e feira agropecuária organizada pela prefeitura de Bom Jardim

da Serra e acontece no mais importante espaço para eventos da cidade, o Parque de Exposições Gasparino de Amaral Velho. Além dos produtos agropecuários, a festa também se destaca pelos diversos shows musicais.

Paralelamente à Expobom serão realizadas a 32ª Feira do Terneiro, 27ª Feira da Novilha e do Reprodutor, o 1º Leilão Vento Crioulo e o 23º Rodeio Crioulo CRG Presilha da Serra. A expectativa é de que o evento movimentará de R\$ 1,5 milhão a R\$ 2 milhões, através do leilão de terneiros, novilhas e cavalos.

Solon Soares



Rainha, princesas e prefeito visitam Assembleia para divulgar a festa

SC quer Centro de Referência em Meteorologia

Audiência pública culmina com pedido para retirada do projeto, que prevê criação da Climesc, e defesa do fortalecimento da estrutura Epagri/Ciram

Sandra Annusek

As chuvas que assolaram Santa Catarina nos últimos dias reacenderam a discussão em torno da criação de um centro de excelência em meteorologia no estado.

Na esteira do debate, as comissões de Agricultura e Desenvolvimento Rural e de Economia, Ciência, Minas e Tecnologia, realizaram dia 28 audiência pública para discutir a criação da Fundação Estadual de Meteorologia e Pesquisa de Clima de Santa Catarina (Climesc), que culminou com requerimento pedindo a retirada imediata do Projeto de Lei Complementar 71/09, de origem do Executivo, considerado inadequado para fazer frente às demandas da sociedade.

Requerida pelos deputados Rogério Mendonça Peninha (PMDB), presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, e pelos deputados Dirceu Dresch e Pedro Uczai, ambos do PT, a audiência pública apontou para a necessidade de se ampliar o foco do debate, que se limitava através do PLC à criação de uma fundação de direito público, esvaziando a estrutura funcional do Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (Ciram), vinculado à Epagri. “Estamos retirando o defunto do armário, antes que o cadáver comece a cheirar”, afirmou Peninha.

“Essa proposta não pode prosperar. Ela não presta, o projeto nasceu mal e não tem como ser aperfeiçoado. Precisamos

manter a Epagri/Ciram e fortalecer toda a rede catarinense de meteorologia”, conclamou Uczai, minutos antes de ser feito o encaminhamento pela retirada do projeto.

Em defesa de um serviço público de qualidade, Dirceu Dresch lembrou que a Epagri/Ciram cumpre uma função estratégica, precisando, no entanto, ser fortalecida. “Precisamos sim de mais gente, mais estrutura. Não é necessário criar uma nova estrutura”, defendeu o parlamentar.

Representando o secretário de Estado da Agricultura, Enori Barbieri, o presidente da Epagri, Luiz Hesmann, se mostrou desde o início da audiência favorável à retirada do projeto.

Hesmann lembrou que a empresa está presente em 292

municípios e é integrada por diversos centros, entre eles o Ciram. Justificou ainda que a ideia de o Executivo apresentar o projeto surgiu diante do catástrofe de 2008, quando o governo despertou para a necessidade de dar respostas rápidas para a sociedade.

“Temos nove doutores, 26 mestres e seis especialistas no corpo funcional do Ciram. O que precisamos é de maior aporte no Orçamento para buscar formas e meios de dar sustentabilidade para essa estrutura”, ponderou o presidente. Nessa linha, a reunião culminou também com pedido de investimentos na estrutura e no corpo funcional da Epagri/Ciram, a ser formalizado ao governador Leonel Pavan para fazer frente às demandas.



Público acompanha reunião promovida pelas comissões de Agricultura e Economia, que amplia foco da discussão sobre meteorologia no estado

Grupo segue trabalho

Com servidores do Ciram exibindo faixas contrárias ao projeto, que se revezaram ao microfone defendendo a credibilidade e referência da instituição no trabalho de meteorologia no país, a reunião culminou com a criação de um grupo de trabalho, a ser integrado por funcionários da Epagri, para elaborar uma proposta alternativa, visando à criação de centro de informações meteorológicas.

Uma vez concluído o trabalho, será marcada uma nova audiência pública pela Comissão de Agricultura de maneira a debater o projeto com a sociedade, aperfeiçoando-o e apresentando-o aos pré-candidatos que estarão em disputa ao governo do Estado.

Como um dos proponentes da audiência, o deputado Décio Goes (PT), que preside a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, foi o primeiro a propor a formação de uma rede catarinense de meteorologia. “Temos Epagri/Ciram, UFSC,

Desafios do clima

Em nome dos servidores da Epagri/Ciram, o engenheiro agrônomo Hugo Braga alertou para a necessidade de a empresa se adaptar aos novos desafios ocasionados pelas mudanças climáticas. “Eles estão à nossa porta. Precisamos dar respostas rápidas à população, que precisa ser avisada com antecedência sobre fenômenos com intensidade grande e repetida”, observou o engenheiro, que há 30 anos recebeu a missão de implantar na então Empasc o serviço de agrometeorologia.

Diante das oscilações climáticas bruscas, o engenheiro defendeu a instrumentalização do Ciram. “Vivemos numa época de recordes: esse mês em apenas cinco dias choveu o equivalente a três meses. Preci-

samos preparar nossa população, orientando também a ocupação do espaço físico rural e urbano para prevenir catástrofes”, afirmou.

Também em defesa de mais recursos para a Epagri/Ciram, o deputado Reno Caramori (PP), vice-presidente da Comissão de Agricultura, destacou a necessidade de o Estado ampliar o leque de informações à população. “Precisamos sensibilizar o governo para incrementar as condições do Centro, de maneira a cuidar do nosso solo, nossa floresta e nossas vocações naturais, como é o caso da fruticultura”, destacou, referindo-se à cultura da maçã, que muitos avanços registrou no estado por conta das informações meteorológicas fornecidas ao setor pelos técnicos da Epagri/Ciram.



Servidores da Epagri/Ciram exibem faixas em defesa da empresa

Um novo conceito para previsão

Entre os servidores presentes à audiência, a meteorologista Laura Rodrigues defendeu mudança na própria concepção do serviço de previsão de tempo. Ao lembrar que a meteorologia evoluiu muito nos últimos anos, Laura destacou a importância de incrementar o leque de serviços prestados à população.

“Não basta dizer como ficará

o tempo, quando vai chover. A população quer saber se haverá deslizamento, se está segura onde está. Por isso, precisamos de profissionais de áreas específicas como hidrologia, geologia. É uma questão bem mais ampla. A meteorologia tem um custo. E um dia vai chegar, mesmo que com vidas”, alertou.

Conseqüências das chuvas repercutem no plenário da Assembleia

Desde 1998 não ocorria um volume de chuvas tão elevado em Santa Catarina durante o mês de abril. Mais de 210 mil pessoas foram afetadas por enxurradas e enchentes no Estado, entre os dias 20 e 26 de abril, e 41 municípios decretaram situação de emergência. Ocorrências foram comunicadas à Defesa Civil Estadual por 67 municípios. Muitos parlamentares permaneceram em suas regiões no período das chuvas para acompanhar as ocorrências e auxiliar os atingidos. O assunto foi discutido na tribuna durante a semana.

De acordo com o setor de Previsão do Tempo e Clima da Epagri/Ciram, assim como ocorreu em 1998, o outono de 2010 está sob influência do El Niño, fenômeno responsável pelo aumento no volume de chuvas e eventos extremos no Estado e em todo o Sul do Brasil. A precipitação registrada entre os dias 20 e 26 de abril elevou os totais do mês, superando a média mensal. No Oeste, Meio Oeste e Norte, os totais de chuva dos últimos dias ficaram entre 200 mm e 300 mm, valores que equivalem ao volume esperado para o mês inteiro.

Um dos municípios mais pre-

judicados foi Caçador, que teve mais de 25 mil pessoas afetadas pelos problemas decorrentes do mau tempo. Os alagamentos foram causados principalmente pelo transbordamento do Rio do Peixe. Videira e Rio das Antas também registraram enchentes em decorrência do transbordamento do manancial, que chegou a subir seis metros acima do nível normal.

Na tribuna, o deputado Valdir Cobalchini (PMDB) informou que o governador Leonel Pavan esteve em Caçador dia 26, quando se

reuniu com representantes dos conselhos municipais de Defesa Civil e autoridades da região para ouvir um relatório preliminar da situação e encaminhar providências.

Conforme Cobalchini, o Ministério da Integração Nacional anunciou que vai liberar recursos emergenciais para socorrer municípios que tiveram famílias atingidas e a infraestrutura urbana danificada. “Esses recursos, somados com a atuação do Estado, vão amenizar os prejuízos que o nosso povo está sofrendo”, disse. O deputado

reforçou a importância de Santa Catarina criar um órgão estadual de defesa civil, com status de secretaria ou superintendência, e que tenha autonomia orçamentária para atuar não apenas na ação corretiva, mas também no planejamento de ações preventivas.

Já o deputado Onofre Agostini (DEM) relatou que estão em andamento na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável dois projetos que vão contribuir para o diagnóstico de problemas e a prevenção de catástrofes. Um deles é o levantamento aerofotogramétrico do Estado, o qual possibilitará amplo conhecimento sobre o uso e ocupação do território catarinense.

Até o final de 2011, todos os municípios terão acesso aos dados desse levantamento. Outro projeto contempla a elaboração dos planos municipais de saneamento em municípios com menos de 10 mil habitantes. Conforme o deputado, a iniciativa vai tirar Santa Catarina da posição de penúltimo lugar em saneamento básico no Brasil. No plano municipal de saneamento básico são planejadas ações relativas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e lixo urbano. (Lisandra Costa)



Imagem da destruição no Vale do Itajaí em novembro de 2008

Intermodal em discussão

Lisandra Costa

A escolha da região Norte do estado para implementação do Complexo Intermodal Catarinense foi o ponto mais polêmico da audiência pública sobre o tema, dia 8, no Auditório Antonieta de Barros. A audiência foi promovida pelas comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia para debater o Projeto de Lei 64/10, do Executivo, que autoriza a SC Parcerias S/A a viabilizar o complexo em área situada nos municípios de Araquari e Barra do Sul. A discussão foi conduzida pelos presidentes da CCJ e da Finanças, respectivamente, deputados Romildo Titon (PMDB) e Marcos Vieira (PSDB).

O deputado Décio Góes (PT) questionou a localização do empreendimento, por entender que a iniciativa deveria contribuir para o desenvolvimento regional mais equilibrado em Santa Catarina. Ele afirmou que a região Norte é a mais desenvolvida do estado e solicitou que a SC Parcerias firme o compromisso de estudar outros questionamentos sobre a localização do empreendimento, por entender que a iniciativa deveria contribuir para o desenvolvimento regional mais equilibrado em Santa Catarina. Ele afirmou que a região Norte é a mais desenvolvida do estado e solicitou que a SC Parcerias firme o compromisso de estudar outros questionamentos sobre a localização do empreendimento, por entender que a iniciativa deveria contribuir para o desenvolvimento regional mais equilibrado em Santa Catarina.

Góes esclareceu que não é contra o projeto, mas cobrou do

governo um planejamento estratégico em prol do desenvolvimento das diversas regiões.

O diretor técnico da SC Parcerias, Ricardo Stodieck, explicou que a região foi escolhida por ter uma geografia favorável e acesso privilegiado. O Complexo Intermodal é um sítio que congrega múltiplas opções de transporte e logística, contemplando um grande aeroporto, composto de terminal de passageiros e terminal de cargas; terminal ferroviário com ligação aos portos; terminal marítimo para cargas e passageiros; complexo industrial multidisciplinar e zona de processamento de exportação – ZPE.

Com a aprovação do projeto, a SC Parcerias pretende lançar edital para elaboração de um plano diretor regional, que contemple Barra do Sul, Araquari e Barra Velha. “A SC Parcerias dispõe de R\$ 12 milhões para os projetos iniciais e para começar as desapropriações”, informou Stodieck. O deputado Darci de Mattos (DEM) lembrou que o assunto será discutido em audiência pública dia 6, em Araquari. “O governo federal precisa agilizar a duplicação da BR-280 e Ferrovia Litorânea, importantes para o Complexo Intermodal.”



Reunião foca na polêmica da escolha da Região Norte para complexo

Prefeitos apoiam projeto

O deputado Renato Hinnig (PMDB) manifestou-se favorável ao empreendimento, que considera “de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado”. Observou que essa é uma alternativa interessante que pode servir também para outras regiões. Assim como o parlamentar, representantes políticos da região que compareceram à audiência defendem a aprovação do projeto de lei.

O prefeito de Araquari, João Pedro Woitexem, observou que o Complexo Intermodal dará uma contribuição importante ao desenvolvimento de Araquari e Barra do Sul, os dois municípios menos desenvolvidos da região Norte.

Na mesma linha de discurso, o prefeito de Barra do Sul, Antonio Rodrigues, disse que, com economias voltadas à pesca e ao turismo, as duas cidades carecem de oportunidades de emprego e renda. Ele informou que existe compreensão regional sobre a importância do complexo, especialmente porque a ampliação do aeroporto de Joinville não é viável, geográfica e ambientalmente.

GERAL

Jonas Lemos Campos



Com faixas, servidores lotam galerias do Plenário Osny Régis e assistem à decisão do Executivo, que pretende encaminhar medida de compensação

Governo retira as MPs que concediam gratificação a servidores da saúde

Legislativo, através da Comissão de Constituição e Justiça, vai regulamentar efeitos das medidas durante vigência

O governo do Estado retirou, dia 28, as Medidas Provisórias 174/10 e 178/10, que concediam gratificação aos servidores públicos da saúde. A decisão do Executivo provocou forte manifestação dos servidores, que lotavam as galerias à espera da votação das medidas.

Ao Legislativo cabe agora, por intermédio da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), regulamentar os efeitos das MPs durante sua vigência. O anúncio dividiu as opiniões dos parlamentares.

A MP 174/10 era criticada, inicialmente, pelos servidores da saúde por contemplar apenas os profissionais de nível superior.

Mas o texto recebeu emenda modificativa, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), durante reunião da CCJ, realizada dia 27. A alteração estendeu o benefício salarial para todos os níveis. A MP 178/10 também causou polêmica por conceder gratificação apenas para os servidores lotados no órgão central.

Ao mesmo tempo, questionou-se a legalidade das emendas feitas pelos parlamentares devido à proximidade do período eleitoral. De acordo com o deputado Sargento Amauri Soares (PDT), uma consulta aos procuradores do Legislativo afastou a dúvida. "Não existe crime eleitoral até

3 de julho e nós, deputados, podemos trabalhar sossegados", ressaltou o líder do PDT.

Manifestações

O anúncio dividiu opiniões dos parlamentares. Muitos se manifestaram durante a sessão, principalmente após o anúncio da retirada das MPs. O deputado Joares Ponticelli (PP) afirmou: "esta foi a maior injustiça salarial que presenciei em 12 anos de mandato".

A pedido da deputada Ana Paula Lima (PT), a Mesa Diretora concedeu cinco minutos para a manifestação da presidente do

Sindicato dos Servidores da Saúde (Sindsaúde), Edileuza Garcia Fortuna. Ana Paula classificou a retirada das MPs como uma "traição". "Foi uma sabotagem realizada na madrugada", disse.

"O dilúvio se abateu sobre esta Casa. O trabalho dos deputados não serviu para nada. Foi um desrespeito. Agora não existe mais tempo de encaminhar outra MP", salientou o deputado Jailson Lima (PT). O deputado Cesar Souza Júnior (DEM) classificou a atitude do governo como um desperdício de tempo para o Parlamento. "Se era para ter retirado, deveria ter sido antes. Lamento profundamente e espero que haja uma solução".

Os deputados Antônio Aguiar (PMDB) e Serafim Venzon (PSDB) se posicionaram a favor dos encaminhamentos do Executivo e defenderam suas posições em Plenário.

"O governador mostrou-se preocupado com o orçamento e com a diferença entre os funcionários que as MPs causavam. Uma forma de compensação deverá ser encaminhada", explicou Venzon. O líder da bancada governista Elizeu Mattos (PMDB) garantiu: "Queremos resolver esse impasse, apenas ainda não achamos o caminho jurídico e legal. Por enquanto, só é possível autorizar a reposição da inflação".

Indicativo de greve

Após a retirada de Plenário das MPs 174 e 178, que concedem gratificação aos funcionários da Saúde, em reunião, os servidores decidiram que a categoria deve manter o indicativo de greve, dando uma semana de prazo para que o governo apresente novas propostas.

Uma nova reunião foi marcada para o dia 5 de maio, quando o sindicato deve avaliar com todos os servidores se partirá ou não para a greve.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Estado (SindSaúde), Edileuza Garcia Fortuna, aproveitou um espaço concedido pelos líderes de bancadas para manifestar a posição da categoria. "Nossa pauta de reivindicações foi entregue aos

parlamentares no dia 3 de março deste ano, desde então estamos buscando negociações. Sabemos que o Poder Executivo é o culpado por essa situação, pois ele rompeu a categoria, privilegiando somente alguns servidores", lembrou.



Edileuza: negociações

Marcha dos Catarinenses ganha as ruas da Capital

Sindsaúde, Aprasc (Associação dos Praças de SC), Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), Comlutas (Coordenação Nacional de Lutas), Sindalesc (Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de SC) estavam presentes na sessão ordinária do dia 28.

Joaninha de Oliveira, coordenadora estadual do Sinte, destacou a importância da presença das mais diversas categorias de servidores como forma de apoiar os colegas. Segundo ela, esta é uma luta também do setor da educação, que está há dois anos sem conseguir dialogar com o governo.

Esta é a opinião também do secretário geral da Aprasc,

Antônio Francisco da Silva, para quem a união das mais diversas categorias do funcionalismo público faz a diferença neste momento. "Nossa categoria também está sendo discriminada, então estamos solidários ao Sindsaúde. Deram uma gratificação de R\$ 2 mil para os oficiais e R\$ 250 para os praças. É um absurdo e chega a ser humilhante ver que a gratificação concedida a um oficial é maior que o salário de um praça", protestou.

Romário da Silva, secretário de formação do Sindalesc, afirmou que "este é o momento de se fazer justiça a toda uma categoria, pois no apagar das luzes de um governo quiseram favorecer apenas a uma minoria

dos servidores da Saúde".

Marcha

Paralelamente à mobilização das categorias sociais na Assembleia aconteceu a Marcha dos Catarinenses, evento promovido pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) e UGT (União Geral dos Trabalhadores) para marcar a passagem do Dia Internacional em Memória das Vítimas de Doenças e Acidentes de Trabalho e protestar pela valorização do servidor público. A caminhada partiu da Praça Tancredo Neves, junto à Assembleia, por volta das 13 horas, seguindo para o Centro de Florianópolis, terminando na frente do Tribunal de Justiça.

PLENÁRIO

Promulgada PEC que amplia poder de fiscalização do Legislativo



Jonas Lemos Campos

Observado por parlamentares, Merisio promulga mudança no artigo 40 da Constituição Estadual

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), promulgou dia 29 o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 04/10, de sua autoria, que determina que toda alteração estatutária das empresas de economia mista passe pela concordância dos parlamentares. "A iniciativa defende que as empresas públicas catarinenses, como Celesc, Casan e SC Gás, precisam de transparência para garantir a manutenção do caráter estatal", definiu.

Na oportunidade, Merisio esclareceu que a PEC, aprovada em segundo turno durante a sessão ordinária do dia 27, alterou o artigo 40 da Constituição Estadual, estipulando que o voto dos representantes do Estado nos conselhos administrativos das sociedades de economia mista, que implique em alteração do estatuto social, será precedido de autorização do Poder Legislativo, pela maioria absoluta dos seus membros. "Com esse gesto asseguramos a participação da

sociedade, sendo obrigatória uma discussão prévia para se mudar a gestão de uma empresa pública", frisou.

Durante o ato, o presidente do Legislativo fez questão de enaltecer que a PEC revelou a intenção de todos os parlamentares que, por unanimidade, votaram favoráveis à matéria. "A partir deste momento, qualquer mudança nos estatutos só poderá ser apreciada pelo conselho administrativo após o consenso do Parlamento".

Para o deputado Lício Mauro da Silveira (PP), lembrado por Merisio por atuar durante muitos anos como funcionário da Celesc, este foi um ato de inteligência que orgulha a Assembleia Legislativa.

"Com a compreensão de todos os deputados, temos agora um mecanismo que assegura que qualquer mudança estatutária passe pela Casa. Agora vamos defender os interesses do Estado de forma transparente, acabando com os interesses pessoais,

que até então indicavam nomes para cargos de empresas de economia mista", comemorou. Parlamentares de vários partidos participaram da assinatura da promulgação.

Sindicato

Na sessão do dia 29 pela manhã, o presidente do Sindicato dos Eletricitários de Santa Catarina, Arno Veiga Gugner, ocupou a tribuna para agradecer aos deputados a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 4, de 2010.

"A maioria dos servidores da Celesc agradece aos deputados. O destino de uma empresa não pode estar atrelado aos interesses privados", afirmou. O sindicalista disse ainda que a aprovação da medida é exemplo da força do Parlamento estadual. "Essa aprovação mostrou o esforço e o entendimento dos deputados em defender o patrimônio público – esforço esse por nós reconhecido", finalizou.

Deputados mantêm 14 vetos e rejeitam seis

Na sessão do dia 27, foram votadas 14 mensagens de veto do governador a projetos do Legislativo, dos quais seis foram rejeitadas, mantendo válidas as propostas parlamentares abaixo:

1) PL 0251/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar (PMDB), que institui a Política de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer Bucal em Santa Catarina.

2) PL 0151/2009, do deputado Jean Kuhlmann (DEM), que dispõe sobre a remessa de carta com aviso de recebimento (AR) aos

candidatos aprovados em concursos públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina.

3) PLC 12/2009, da Bancada do PT, que altera o artigo 5º da Lei Complementar nº 422, de 2008, que institui o Programa de Habitação Popular – NOVA CASA e cria o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina. Esse fundo destina, no mínimo, 1% sobre o total arrecadado em impostos no Estado, para habitação popular.

4) PL 484/2009, do deputado Valmir Comin (PP), que institui o Grupo de Trabalho – GT, destinado a executar

tarefas inerentes à fixação dos Índices de Participação dos Municípios – IPM, de conformidade com a Lei Complementar Federal nº 63, de 1990, e do parágrafo 4º do artigo 133 da Constituição Estadual.

5) PL 457/2009, do deputado Kennedy Nunes (PP), que impõe sanções às seguradoras que praticarem condutas lesivas aos segurados ou terceiros.

6) PL 534/2007, do deputado Pedro Uczai (PT), que pede infraestrutura para ciclovias em prol da melhoria da qualidade de vida.

APROVADOS

Limites na banda larga

As empresas prestadoras de serviços de acesso à internet via banda larga em Santa Catarina não podem mais exigir a contratação de provedor de conteúdo como condição de acesso à internet. A proibição é estabelecida no Projeto de Lei 504/09, do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), aprovado em plenário dia 28.



Gonçalves: pelo consumidor

O autor alerta que o Brasil é um dos poucos países em que se exige a contratação de um provedor de conteúdo para permitir o acesso à internet, uma medida que é desnecessária, conforme apontou investigação da Coordenadoria de Informática do Ministério Público Federal.

O projeto considera que a exigência de provedor de acesso à internet, por parte das prestadoras de serviço, caracteriza uma venda casada de produto, prática considerada ilegal e abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor. O texto torna opcional a contratação de provedor de conteúdo e estabelece multa diária no valor de R\$ 2 mil à empresa que descumprir a orientação legal.

Plantão de Língua Portuguesa

Foi aprovado, dia 28, o Projeto de Lei 389/09, do deputado Marcos Vieira (PSDB), que institui o serviço de utilidade pública "Plantão Gramatical de Língua Portuguesa". O serviço deve funcionar sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, nos moldes de um teleatendimento, com uma equipe de atendentes e professores de língua portuguesa.

"O atendimento por telefone será uma forma rápida e eficiente de o Estado esclarecer dúvidas comuns da população sobre ortografia, concordância e regência, entre outras questões. O plantão dará a palavra final sobre perguntas relativas ao uso do nosso idioma, com

atendimento personalizado e de caráter educativo", diz o autor na justificativa do projeto.

A proposição foi inspirada em iniciativa semelhante existente há 29 anos em Fortaleza. O plantão daquela capital recebe, em média, 150 ligações diárias.



Marcos Vieira: ajuda útil

Tomelin e Dentinho de volta

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) está sendo substituído por 60 dias, desde o dia 28, pelo deputado Giancarlo Tomelin (PSDB).



Tomelin no lugar de Gonçalves



Dentinho vai substituir Jailson

Já o deputado Jailson Lima (PT), transfere na próxima semana, pelo mesmo período, o cargo ao ex-deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT).

COMUNIDADE

Eduardo Guedes de Oliveira



Público exibe faixas na reunião promovida pelas comissões de Constituição e Justiça e Turismo e Meio Ambiente, que tratou também da polêmica que cerca construção de resort no local

Parque de Taquarinhas em debate

Audiência pública discute criação de área em Balneário Camboriú, objeto de projeto de lei em tramitação na Casa

Tatiani Magalhães

Cerca de 600 pessoas participaram dia 26, da segunda audiência pública para debater a criação do Parque Estadual da Praia de Taquarinhas. Requerido pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT) e aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça e Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o encontro teve a participação de autoridades, ambientalistas e sociedade civil. A reunião foi realizada na Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú.

A população apoia o projeto como forma de impedir a viabilização da proposta do Grupo Imobiliário Thá, de Curitiba, de construir um resort em Taquarinhas, gerando polêmica e preocupação entre os moradores. Eles temem que o empreendimento impeça o acesso ao local, alterando a paisagem natural.

Na condição de autor do Projeto de Lei (PL) 612/09, que cria o Parque Estadual da Praia de Taquarinhas, Soares explicou que a iniciativa é constituir uma Unidade de Conservação da Natureza para proteger a biodiversidade e os aspectos originários de uma área natural diferenciada, própria para a pesquisa científica, educação ambiental, conservação da paisagem natural, fauna e flora. Além da ocupação sustentável da

praia para fins culturais e científicos a partir de estudo feito pelo Laboratório de Planejamento e Manejo de Unidades de Conservação da Univali, o parlamentar assegurou que "a intenção é preservar a única praia limpa e totalmente intocada da região e do litoral catarinense."

Soares lembrou que a proposta surgiu a partir da campanha da ONG Instituto de Desenvolvimento e Integração Ambiental (IDEIA), que abraçou a causa pela preservação da Praia de Taquarinhas. Uma análise do Laboratório de Planejamento e

Manejo de Unidades de Conservação da Univali, elaborada pela professora Rosemeri Carvalho Marenzi, engenheira florestal e doutora em Conservação da Natureza, apontou, segundo o deputado, que a melhor estratégia de proteção da área é a implantação de um parque por meio de uma gestão integrada e participativa. "O projeto atende os princípios constitucionais e vem sendo analisado por especialistas e organizações ambientais, porém o debate com a comunidade local é fundamental para a aprovação da matéria",

argumentou Soares.

Presente na reunião na condição de representante da região no Parlamento catarinense, o deputado Dado Cherem (PSDB) se manifestou favorável ao projeto ressaltando que a proposta está dentro da legalidade. "Precisamos debater e pensar com cautela no modelo de gestão das cidades, assim como no futuro de Balneário. Vou buscar junto aos demais parlamentares aprovar o PL, que visa a preservação da natureza", destacou.

Na oportunidade, o procurador do Ministério Público Fede-

ral, Pedro Nicolau, defendeu a criação do parque destacando que, com a iniciativa, Balneário e região terão, além de uma área de pesquisa, um turismo qualificado. "Muitos turistas buscam pontos naturais longe da urbanização", frisou.

Segundo Anderson Peluzzo, representante da Ordem dos Advogados de Balneário, Taquarinhas é considerada área protegida por conter Área de Preservação Permanente (APP) e Área de Proteção Ambiental (APA). "Aproveito a oportunidade para pedir às autoridades que se comprometam com recursos do orçamento municipal ou estadual para o Plano de Manejo da praia de Taquarinhas", solicitou.



Divulgação

Com extensão de 730 metros, praia tem cenário totalmente agreste coberto pela exuberância da Mata Atlântica

SAIBA MAIS

Localizada na APA da Região da Costa Brava e a 8 quilômetros do centro de Balneário Camboriú, a praia tem extensão territorial de 730 metros com paisagem totalmente agreste, coberta por Mata Atlântica e vegetação rasteira. Taquarinhas se destaca no litoral catarinense por possuir ecossistema completamente preservado e sem nenhuma ocupação.

AL NOTÍCIAS

Distribuição gratuita

EDIÇÃO
ESPECIAL
ONLINE

Xanxerê abre a Festa do Milho

Feira espera 200 mil visitantes durante dez dias do evento



Expositores do agronegócio marcam forte presença na FEMI, que projeta movimentar cerca de R\$ 30 milhões

Foi aberta nesta sexta-feira, dia 30, em Xanxerê, a XV Festa Estadual do Milho (FEMI). Realizada bianualmente desde 1982, é considerada uma das maiores e mais importantes exposições do Sul do Brasil. A Festa segue até o próximo dia 09 e reúne expositores de diversos segmentos e traz várias atrações, como o Museu do Milho e shows artísticos nacionais e locais. A expectativa é de que 200 mil pessoas visitem o evento, movimentando cerca de R\$ 30 milhões.

Sua principal característica é ser uma grande feira de negócios, gastronomia, exposições e entretenimento. A mostra atrai milhares de pessoas para Xanxerê, cidade sede situada no Oeste do estado e considerada a Capital Estadual do Milho. O município, em 56 anos de história, sempre esteve em destaque no cenário estadual pelo seu desempenho no setor agrícola, especialmente na produção de grãos.

A FEMI foi criada para valorizar o cereal base da atividade agroindustrial da região. Um de seus

idealizadores, o ex-prefeito Rovilho Bortoluzzi - que administrou a cidade em 1982 - juntamente com empresários, Executivo e comunidade, não mediu esforços para a construção do Parque de Exposições que tem hoje 250 mil metros quadrados.

O presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio (DEM), destaca o caráter comunitário da



Prefeito Bortoluzzi, deputado Merisio e organizador do evento, Vicini

Feira, aliado ao "grande profissionalismo". Segundo Merisio, todas as edições da FEMI foram marcadas pelo volume expressivo de negócios realizados, alavancando a economia catarinense.

O prefeito Bruno Linhares Bortoluzzi demonstra o orgulho de sediar, a 500 km da capital, uma mostra que reúne atrações culturais, como artistas de renome nacional, e movimenta um grande volume de negócios. "A cidade respira a festa que a cada ano cresce mais. Nesta edição contamos também com a parceria da Assembleia Legislativa, o que nos deixa muito feliz", afirmou.

Pérciles Vicini, presidente da Comissão Central Organizadora, se dedica há nove meses aos preparativos da Festa. Nos últimos dias, coordena cerca de 300 pessoas que trabalham em ritmo acelerado na montagem final do evento. "A Festa dura 10 dias, mas o trabalho iniciou há muitos meses. É um esforço que envolve a otimização de toda a estrutura do parque", explicou.



Equipe de servidores legislativos atua na cobertura do evento

Assembleia Legislativa participa da FEMI 2010

A Assembleia Legislativa participa da XV FEMI, de 30 de abril a 09 de maio, no Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, em Xanxerê. Os veículos de comunicação social do Parlamento atuam no evento, em um estande próprio que abriga um estúdio da TVAL e redação do AL Notícias e Rádio ALESC Digital.

Antes mesmo da abertura da FEMI, os jornalistas do Legislativo acompanharam a mudança na rotina de Xanxerê com a chegada de mais de 20 mil pessoas que se instalam

no município para preparar a mostra. Este contingente, que corresponde a 50% da população local, está envolvido na montagem da feira.

A cidade praticamente se transferiu para o Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi. Muitos comerciantes levam seus negócios para a área de exposição até o encerramento do evento. A Câmara de Diretores Lojistas (CDL) e até mesmo a Câmara de Vereadores também transferiram suas atividades para o local da feira.



Técnicos montam estúdio da TVAL no estande do Parlamento

